



A TRANSIÇÃO SOCIALISTA NA VENEZUELA: O PODER POPULAR E A NOVA GEOMETRIA DO PODER

Vanessa Aguiar Borges¹

Valéria da Silva Lopes²

Ohana de Alencar Pageú³

RESUMO

A Revolução Bolivariana na Venezuela é um processo que se inicia com a eleição de Hugo Chávez em 1998 e se mantém sob a presidência de Nicolás Maduro. Desde então, seu desenvolvimento resultou em transformações profundas, mas que, vivendo sob constante ataque por parte dos Estados Unidos, por meio do que conhecemos como Guerra Híbrida, enfrente diversas crises. Este cerco gera graves consequência, seja para a população, seja para a construção dos processos de mudança, mas também processos de resistência criativa. Este artigo é parte da pesquisa que foi defendida na dissertação de mestrado *As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela*. Um dos elementos centrais do processo venezuelano é a construção da Nova Geometria do Poder, na qual a organização da população em Conselhos Comunais e em Comunas constitui uma nova estrutura do poder, de caráter popular, com base no território. A proposta é desenvolvida por Chávez no Anteprojeto da Reforma Constitucional de 2007 e nas leis do poder popular, aprovadas pela Assembleia Nacional em 2010, e assumida pelo movimento Comunero. O que se pretende é transformação do Estado Burguês, regido por um governo popular no Estado Comunal. Esta seria a transição venezuelana para o Socialismo.

Palavras-chave: Venezuela, Revolução Bolivariana, Poder Popular, Comunas, Socialismo

RESUMEN

La Revolución Bolivariana en Venezuela es un proceso que comenzó con la elección de Hugo Chávez en 1998 y continúa bajo la presidencia de Nicolás Maduro. Desde entonces, su desarrollo ha dado lugar a profundas transformaciones, pero, al vivir bajo el constante ataque de los Estados Unidos, a través de lo que conocemos como Guerra Híbrida, se enfrenta a diversas crisis. Este cerco genera graves consecuencias, tanto para la población como para la construcción de los procesos de cambio, pero también para los procesos de resistencia creativa. Este artículo forma parte de la investigación que dio lugar a la tesis de maestría *Las comunas como estrategia de transición al socialismo en Venezuela*. Uno de los elementos centrales del proceso venezolano es la construcción de la Nueva Geometría del Poder, en la que la organización de la población en Consejos Comunales y Comunas constituye una nueva estructura de poder, de carácter popular, basada en el territorio. La propuesta es desarrollada por Chávez en el Anteproyecto de Reforma Constitucional de 2007 y en las leyes del poder popular, aprobadas por la Asamblea Nacional en 2010, y asumida por el movimiento comunero. Lo que se pretende es la transformación del Estado burgués, regido por un gobierno popular, en un Estado comunal. Esta sería la Vía Venezolana al Socialismo.

Palabras clave: Venezuela, Revolución Bolivariana, Poder Popular, Comunas, Socialismo

¹ Doutoranda do curso de Geografia no Programa Desenvolvimento Territorial para América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, SP. Email: vanessa.a.borges@unesp.com

² Doutoranda do curso de Geografia no Programa Desenvolvimento Territorial para América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, SP. E mail: valeria.lopes@unesp.br

³ Doutoranda do curso de Geografia no Programa Desenvolvimento Territorial para América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, SP. Email: Ohana.pageu@unesp.br



INTRODUÇÃO

O processo conhecido como Revolução Bolivariana, na Venezuela, construiu, ao longo de 27 anos, uma estratégia de transição ao socialismo fundada na consolidação de um poder popular de base territorial. Os conselhos comunais, criados a partir de 2006 e as comunas, a partir de 2010, seriam essa célula territorial de um Estado que superaria o Estado Burguês, e consolidaria o Estado Comunal, de caráter socialista. Este trabalho é parte da investigação de mestrado que resultou na dissertação *As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela*, e busca trazer à luz o profundo e determinante caráter territorial na construção do Poder Popular e da transição socialista na Venezuela. Trataremos também das ações de desestabilização vividas pelo processo bolivariano e sua resistência.

Faz-se importante colocar o lugar a Revolução Bolivariana como parte de um processo histórico de lutas anti-imperialistas na América Latina. E da mesma forma, como o imperialismo atua em sua derrocada, gerando diversas formas de resistência à essas ações, seja por parte do Estado, seja por parte das organizações populares. No dinamismo da luta política e da história em movimento, a luta de classes aparece aí imperiosa e impõe a necessidade de ações e reações constantes das forças em disputa pelo projeto a ser implementado no país. Em 28 de julho de 2024, a Venezuela passou por mais um processo eleitoral, que reelegeu, para seu 3º mandato, o presidente Nicolás Maduro. O resultado das eleições, como aconteceu em todas as eleições desde a morte de Chávez, foi contestado mais uma vez pela extrema-direita venezuelana, encontrando eco na mídia local e em diversas organizações internacionais, em países como os EUA e os da União Europeia e mesmo em governos, partidos e organizações de esquerda. Nicolás Maduro tem sido cada vez mais taxado de ditador, e o processo bolivariano como um regime autoritário por sujeitos e organizações que se colocam em diferentes campos políticos, da direita à esquerda. No mais recente episódio de agressão, os EUA imputaram a Nicolás Maduro a acusação de chefe de uma “organização narcoterrorista” e lançaram uma ação de guerra contra essa “organização” no mar do Caribe, como uma maneira direta e militar de atacar a Venezuela. O movimento comunero venezuelano e as mais diversas organizações populares não titubearam e se colocaram ao lado do presidente, seja no reconhecimento das eleições, seja na resistência à ofensiva militar dos EUA, mobilizando suas bases em defesa do processo bolivariano.

Mas os ataques à soberania venezuelana não são recentes. Desde a eleição de Hugo Chávez em 1999, os Estados Unidos e a burguesia rentista interna têm atuado, de forma



coordenada, pra fragilizar e desestabilizar o governo, como nos golpes de 2002⁴ e no Paro Petrolero de 2003⁵. Esses processos de ataques se intensificam com a morte de Chávez e a eleição de Nicolás Maduro em 2013. Eles vão desde tentativas de golpe, mobilizações de rua financiadas, ações violentas como as *guarimbas*⁶, bloqueio econômico, manipulação midiática, bloqueio diplomático, sabotagens, deslegitimação das eleições, invenção de um presidente interino que passa a controlar as reservas internacionais da Venezuela, e até mesmo tentativa de invasão e de assassinato do presidente, dentre outras. As diversas ações orquestradas custaram milhões de dólares, causaram grande perda da qualidade de vida da população, geraram inflação galopante e uma grande onda migratória inédita no país, utilizada também como ação desestabilizadora. Mas mesmo com todas essas ações, o processo continua, e o poder popular segue se desenvolvendo e construindo o projeto.

O poder popular e a transição socialista coincidem, como nos ensina Itsván Mészáros (2010), na construção do socialismo como algo vivo, histórico, e forjado no seio das lutas populares, concretas. O elemento essencial e inovador no processo bolivariano é o fato de a organização para a consolidação do poder popular ter como base o território. Ou seja, seu campo de organização, ação e construção política se dá não por meio de sindicatos, partidos ou movimentos sociais de caráter político ou sindical, mas no território material da vida social, cultural, política e econômica da população.

Neste trabalho trouxemos para análise alguns artigos do AnteProjeto da Reforma Constitucional, elaborado pelo então presidente Hugo Chávez, aprovado na Assembleia Nacional Bolivariana em 2007 e colocado em plebiscito no mesmo ano. Embora derrotado, parte de suas proposições puderam ser implementadas pela aprovação, em 2010, do conjunto

⁴ Em 11 de abril de 2002 há uma tentativa de golpe de Estado impetrada pela burguesia venezuelana, numa aliança formada por empresários, latifundiários, meios de comunicação empresarial, pelos principais dirigentes da PDVSA, pertencentes a elite que sempre comandou a empresa, pelo alto comando das Forças Armadas e com respaldo dos EUA. Uma imensa mobilização popular, somada à reação de setores leais a Chávez nas Forças Armadas derrotam o golpe na noite do dia 13 de abril. (MARINGONI, 2008).

⁵ Em 2 de dezembro de 2002, os setores e personagens do golpe de abril “uniram-se na realização de uma paralisação nacional de 63 dias, que incluiu a paralisação quase total da produção de petróleo, sabotagens, fuga de capitais, brutal queda da atividade econômica e retração das exportações, entre outras turbulências.” (ibidem, p.139). O lockout empresarial de 2002-2003 ficou conhecido na Venezuela como Paro Petrolero, teve graves consequências para a população, que mesmo assim manteve seu apoio à Chávez. Apesar da profunda crise econômica que se instala na Venezuela em consequência do paro, Chávez sai fortalecido, e empreende a necessária reforma na gestão da PDVSA, retirando seu controle das mãos da burguesia parasitária, que sempre a controlou. (MARINGONI, 2008).

⁶ As guarimbas são uma espécie de trancasso de vias públicas com ações violentas contra os que tentam rompê-las. Elas aconteceram na Venezuela em 2014 e 2017 e tornaram uma estratégia da extrema-direita venezuelana nas suas tentativas de golpes de Estado. A violência política na Venezuela em 2017, conduzida por parte de grupos vinculados a esta extrema direita, tanto nestes trancassos, como em ações abertas nas ruas das grandes cidades, com uso de artefatos explosivos e armas de fogo, matou 172 pessoas, feriu outras 1934 e destruiu diversos equipamentos públicos. (BREA, 2019).



de leis conhecidas como Leis do Poder Popular.⁷ A reforma constitucional trata de mudanças na Constituição da República Bolivariana de Venezuela (CRBV) no sentido de regulamentar e de cimentar o processo de transição em direção à sociedade socialista. Das diversas mudanças propostas, trataremos aqui da construção do que ficou conhecida como *Nova Geometria de Poder*⁸, que incide sobre o espaço político-territorial e sobre o território de governança. Além disso trataremos, a título de exemplo, alguns elementos da organização da comuna El Maizal, analisada na pesquisa de mestrado *As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela*.

Trataremos também os elementos das inúmeras tentativas de interferência dos Estados Unidos da América no processo bolivariano, em especial as mais recentes, com uma escalada inédita das tensões na região, com ameaça militar no mar do Caribe, travestido de combate ao narcotráfico. Não trataremos diretamente deste assunto, mas vale ressaltar que essa escalada envolve também o Brasil, na medida em que os EUA tentam interferir na soberania brasileira usando como cortina de fumaça o processo contra Jair Bolsonaro para escamotear as verdadeiras razões da interferência: a ascensão dos BRICS e sua perda de hegemonia mundial.

METODOLOGIA

Nesta parte da pesquisa, trabalhamos com análise de alguns artigos do Anteprojeto da Reforma Constitucional à luz das categorias geográficas e da teoria da transição socialista e que trata da conformação da Nova Geometria do Poder e do Poder Popular.

A principal categoria geográfica que baliza a pesquisa é a de território. Isso porque é justamente a partir dele que se constitui a célula fundamental da construção do Poder Popular: a Comuna.

Partindo da leitura de Rogério Haesbaert (2009), que entende que um conceito é tanto uma ferramenta de conhecimento como uma forma de agir no mundo e para quem

mais até do que traduzir “o que é” ou o “ser” do território, trata-se de discutir seu *dever*, isto é, em que problemáticas nos envolvemos e o que efetivamente fazemos ao acionarmos e/ou ao produzirmos nossas concepções de território – sempre em aberto, portanto, para sua própria reavaliação/renovação. (Haesbaert, 2009, p.107).

⁷ O conjunto de leis do poder popular podem ser consultadas em <https://www.comunas.gob.ve/leyes-poder-popular/>.

⁸ Chávez parte da concepção “*geometria de poder*” cunhada pela geógrafa britânica Doreen Elizabeth Massey, que explicita o espaço como elemento relacional, ou seja, construído com base em relações de poder; multidimensional, por ser produzidos desde elementos culturais, políticos, econômicos, sociais; e em permanente construção, portanto passível de transformação. (Massey, 2007). Importante frisar que essa concepção de espaço está presente no trabalho de vários geógrafos como Raffestin (1993), Saquet (2009), Fernandes (2009) etc, mas foi por meio de Doreen Massey que Chávez teve conhecimento dela e pode formular o que ele chamou de *Nova Geometria do Poder*, como base fundamental da proposta das Comunas e do Estado Comunal.



Assim, compreendemos que o território construído desde o processo das Comunas na Venezuela, é o território

como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O *território* é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (Oliveira, 1999, p. 74)

E este território se torna produto e produtor da nova sociabilidade proposta desde a Comuna. Trazemos aqui a definição Comuna expressa no artigo 5º da Lei Orgânica de Comunas, promulgada em 2010:

Es un espacio socialista que, como entidad local, es definida por la integración de comunidades vecinas con una memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen en el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con un régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplado en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación. (Venezuela, 2010, p. 13)

E o artigo seguinte explicita seu propósito:

La Comuna tiene como propósito fundamental la edificación del Estado Comunal, mediante la promoción, impulso y desarrollo de la participación protagónica y corresponsable de los ciudadanos y ciudadanas en la gestión de las políticas públicas, en la conformación y ejercicio del autogobierno por parte de las comunidades organizadas, a través de la planificación del desarrollo social y económico, la formulación de proyectos, la elaboración y ejecución presupuestaria, la administración y gestión de las competencias y servicios, que conforme al proceso de descentralización les sean transferidos, así como la construcción de un sistema de producción, distribución, intercambio y consumo de propiedad social, y la disposición de medios alternativos de justicia para la convivencia y la paz comunal, como tránsito hacia la sociedad socialista, democrática, de equidad y justicia social. (Venezuela, 2010, p. 14)

Assim, a proposta de construção do poder popular e de um Estado socialista perpassa de maneira direta pelo controle do território, por meio da comuna e de sua estruturação multiescalar apresentada no Anteprojeto de Reforma Constitucional.

REFERENCIAL TEÓRICO

A categoria território é a categoria essencial no debate acerca da via comunal ao socialismo proposto na Venezuela e a construção do poder popular a partir das comunas. Tratamos dela no tópico anterior. As leis do poder popular tratam desta categoria de maneira recorrente. Mas também trazem um conceito que sintetiza em parte o projeto comunal, o de *Nova Geometria do Poder*. E ela passa a aparecer a partir da relação que a cientista social e geógrafa britânica Doreen Massey constrói com o processo bolivariano e com seu líder, Hugo



Chávez. Ela o influenciou no uso deste conceito como chave de leitura para o que ele já propunha: a construção do poder popular por meio do controle territorial organizado em comunas e sua territorialização por meio da agregação comunal.

E é a partir da categoria espaço que Massey constrói o conceito de *geometria do poder*, utilizado por Chávez. Em palestra ministrada em 2007 na Venezuela e publicada no Brasil em 2024, a autora coloca que

O espaço é o produto de relações (e da falta de relações). É uma complexidade de redes, uma malha de elos, de práticas, de trocas, tanto no nível muito íntimo (como o de casa) como no nível da cidade, do país, do mundo. Produzimos o espaço na gestão de nossas vidas. (MASSEY, 2024)

Situa, ainda, o espaço na esfera das relações de poder, atuando nas esferas econômicas, culturais, políticas e financeiras, interligadas entre si, mas constituindo, individualmente, outras relações de poder. E a essa rede de relações, que vai do global ao local, a autora caracteriza como *geometria do poder*.

E para articular o espaço com o território onde as relações se concretizam, dialogamos com a definição de Raffestin (1993), para quem o espaço é o substrato no qual é criado o território, e este, por conseguinte, é a consequência da ação humana. Para ele

o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p.143-144).

Para compreender a Nova Geometria do Poder, tratado por Chávez como a possibilidade real de uma nova reestruturação geográfica e territorial, como parte de um projeto de superação do Estado burguês e da sociedade capitalista, é preciso colocá-la no terreno da luta de classes. Para o geógrafo Ariovaldo Umbelino (1999), a luta de classes é o formador e o produtor desse território, numa síntese contraditória dos processos de produção da vida social desde a lógica capitalista, com suas articulações e mediações supraestruturais, que abarca desde o político, o biológico, o ecológico, o simbólico etc. Ariovaldo situa o território como

produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Em síntese, é a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução. (UMBELINO, 1999, p.74-75)

E assim a comuna e o projeto comunal se transformam nesse território da luta de classes prenhada de um projeto transformador, que coloca o próprio território como protagonista.



O debate em torno da superação do capitalismo como modo de produção e a construção de um outro modo de produzir e reproduzir a vida social remonta desde sua origem. Algumas formulações teóricas, principalmente as da primeira metade do século XIX, se basearam na interpretação do estágio de desenvolvimento social, político e econômico da época na Europa e num projeto de sociedade ainda imaginário. Mas a partir da Comuna de Paris, de 1871 e posteriormente da Revolução Russa de 1917, o debate ganha materialidade histórica. Não temos espaço aqui para nos debruçarmos em como estas e outras experiências revolucionárias influenciaram a construção do projeto do socialismo pela via comunal na Venezuela, mas faz-se importante afirmar que elas inspiram, tanto pelos acertos, como pelos erros.

E um dos debates está calcado no tema do Poder. Como já trouxemos na análise do território, o poder é uma relação social, que se estabelece e se manifesta em todas as esferas sociais, mas tem por base o controle da produção e da reprodução material da vida social. Os aparelhos ideológicos do capital nos fazem crer que exista uma separação histórica entre economia e política na construção das sociedades humanas, e que, portanto, ao privilegiarmos a esfera da luta política, podemos alcançar transformações substantivas. Itsvám Mészáros nos explica que se trata de uma simplificação ideológica em que recaem, muitas vezes, as forças de esquerda.

Esperar a solução dos problemas estruturais fundamentais primariamente pela derrubada política do Estado capitalista não permite tratar de forma duradoura a ligação mistificadora compartimentada, mas necessária, entre a dimensão política e de reprodução material herdada do sistema do capital. É por essa razão que a reconstituição radical historicamente viável da unidade indissolúvel das esferas reprodutiva material e política em base permanente continua sendo o requisito essencial do modo socialista de controle sociometabólico. (MÉSZÁROS, 2010, p.30)

O projeto comunal busca a constituição de um Estado Comunal, que subverte a estrutura do Estado burguês, tanto em seu ordenamento geográfico, sua estrutura política quanto em sua relação com a produção da vida material. Isso porque o projeto tem por base o território, onde a multiplicidade de relações acontece, não de forma caótica ou espontânea, mas em torno da estrutura socioeconômica da sociedade, que ela reproduz, mas também participa da produção. E essa articulação entre política, com sua organização social e seu processo decisório e economia, com as formas de produção e reprodução da vida social, é que conforma o poder real da comuna e de seu processo de agregação territorial, saindo da inerte separação entre política e economia, como preconiza Mészáros, e entre local e nacional.



Outra categoria que precisamos trazer para nossa análise é a do poder popular. A professora, filósofa e educadora popular argentina Isabeu Rauber coloca que o poder popular é um poder próprio que

(...) nace y se desarrolla desde abajo; se produce, reproduce y expresa en el modo de vida cotidiana individual, comunitaria y social, y en las organizaciones sociales y políticas, en sus formas orgánicas de funcionamiento y relacionamiento interno así como en sus construcciones concretas, en su proyección social orientada a los hombres e las mujeres del pueblo que viven – en el campo o en la ciudad de vender su fuerza de trabajo para sobrevivir. Son ellos los protagonistas del proceso revolucionario en cada sociedad, en la medida que (...) van sendo capaces de crearlo, construirlo, sostenerlo y desarrollarlo. (RAUBER, 2010, p.108-109)

Esta categorização do poder popular que traz a Isabel Rauber se expressa de maneira objetiva no projeto comunal, pois é a comuna como território organizado, que constitui uma estrutura política e econômica articulada e participativa, com o intuito de transformar as relações ali existentes, mas olhando para o processo maior de transformação do Estado e da sociedade como um todo, dentro de um processo revolucionário.

A autora ainda nos explica quem é o popular: a classe que vive do trabalho, coincidindo com a concepção de Ricardo Antunes (2006), para quem o conceito de classe trabalhadora abarca todo aquele que vive do trabalho, ou seja, todo aquele que, despossuído dos meios de produção, vende sua força de trabalho por um salário para garantir sua sobrevivência. Seja esse trabalhador produtivo industrial ou agrícola, do setor de serviços, do setor público, ou precarizado, que trabalha por diária, por produto ou *part time*, ele faz parte da classe trabalhadora, ou da “*classe que vive do trabalho*”. Rauber complementa:

Emprender los caminos de la revolución social desde abajo implica construir integralmente poder popular desde a bajo, es decir, abocarse a la transformación cultural, política, ideológica y económica del modo de vida, implantado por el capital, cosntruyendo um nuevo modo de vida, orientado a cimentar una nueva civilización humana superadora del capitalismo. (RAUBER, 2010, p. 109-110)

Guerras híbridas

A Venezuela tem sido alvo do que foi chamado por Andrew Karybko (2018) de “guerra híbrida”. O autor constrói este conceito na análise dos conflitos que ocorreram na Ucrânia e na Síria nesta década. Segundo ele, estas guerras são parte de uma nova tática político-militar que busca destituir governos que não se alinham aos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos da América. Seu método passa pela combinação de uma “revolução colorida” com guerra não convencional. Por meio de um planejamento prolongado e articulado, e de estudos psicológicos que embasam ações nas redes sociais e na grande mídia, a população é



instada a grandes mobilizações de massa, carregando bandeiras generalistas e abstratas como liberdade e democracia e exigindo a saída do governante. Se o golpe brando imposto pela “revolução colorida” não for suficiente, passa-se então para a guerra não convencional. Exércitos irregulares, financiados e treinados desde o exterior, chamados de “rebeldes” pela grande mídia aliada do golpe, são convocados a atuar para a derrubada do governo indesejado. E este é o projeto em implementação na Venezuela, motivado pelo desejo de controle de seus recursos naturais, em especial de suas reservas de petróleo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitas já foram as ações por parte dos Estados Unidos no sentido de desestabilizar a Venezuela e impor uma derrota ao Processo Bolivariano desde as eleições de Chávez em 1999. Mas se intensificaram a partir de sua morte a eleição de Nicolás Maduro como presidente da República em 2013.

As ações ocorrem desde 2013. Mas têm alguns marcos temporais que merecem ser mencionados, na medida em que a oposição se utiliza de protestos violentos como dispositivos políticos, e se conformam como parte fundamental da *guerra híbrida* em curso na Venezuela. No ano de 2014 aconteceram o que na Venezuela se chama de *guarimbas*, ações violentas de trancamento de vias públicas, onde sujeitos mascarados, armados com paus, pedras, estruturas urbanas retiradas e depredadas, e em alguns casos armas de fogo, atearam fogo e depredaram instalações públicas: ônibus, distribuidoras de energia elétrica, estações do canal de televisão estatal, escolas, a sede do Ministério Público em Caracas; impediam a livre circulação de pessoas, veículos; disseminaram violência. Essas ações tiveram o intuito de criar um clima de caos e instabilidade, em especial esperando uma reação violenta dos agentes de segurança do Estado ou mesmo de parte da população chavista para justificar a criação deste exército irregular e até mesmo uma intervenção estrangeira. Esta tática se repetiu em 2017, com ainda mais violência. Nesta ocasião, vários tipos de artefatos incendiários, como os chamados *coquetel molotov*, foram lançados contra instituições e serviços públicos, bases militares, unidades de transporte públicos, estabelecimentos comerciais privados, instituições de ensino e, como nunca visto antes, sobre pessoas que parecessem chavistas. (BREA, 2019) Em ambos os momentos, o governo conseguiu frear os objetivos. A guerra econômica empreendida pelo setor empresarial venezuelano, somada ao bloqueio imposto pelos EUA, busca gerar e alimentar uma grave crise econômica já instalada na Venezuela. Em fevereiro de 2019 resolve-se, contra a constituição venezuelana, inventar um presidente interino, o então deputado da oposição Juan Guaidó, para assumir o papel de porta voz dos interesses dos Estados Unidos e de agente



público da desestabilização política e econômica do país. Soma-se ainda à tentativa frustrada de intervenção com a desculpa de ajuda humanitária, boicotes e sabotagens no sistema de serviços públicos como o de distribuição de energia e o de transporte. A busca por um desfecho desta guerra híbrida, que não tem alcançado sucesso, levou a uma tentativa de golpe civil-militar no dia 30 de março de 2019, que não só fracassou, como mobilizou a população em defesa do processo. No entanto, o interesse dos EUA no petróleo venezuelano tem sido colocado acima de qualquer compromisso com a vida da população da Venezuela e com a estabilidade política e militar no continente. Uma intervenção militar com apoio de diversos países da América Latina organizados no Grupo de Lima, que incluía o Brasil, chegou a ser cogitada no primeiro governo de Donald Trump. (ARKONADA, 2019)

Ainda houve um atentado contra o presidente da república, Nicolás Maduro, no dia 4 de agosto de 2018, quando dois *drones* explodiram numa tentativa de assassinar o presidente durante ato em comemoração aos 81 anos da Guarda Nacional Bolivariana.⁹

A guerra não convencional atua em diferentes frentes. No dia 7 de março de 2019, a Venezuela sofre o mais grave, amplo e duradouro apagão de sua história: um ataque cibernético articulado com ataques eletromagnéticos e sabotagens em linhas de transmissão de energia ocorreram nos dias 7, 9 e 25 de março, deixando a maior parte do país sem energia elétrica por vários dias¹⁰. A oposição e a mídia internacional atuam no sentido de desacreditar as informações oficiais do governo e atribuir os “apagões” à incompetência da empresa estatal Corpoelec.¹¹ Esperava-se uma ampla convulsão social proporcionada pelo caos estabelecido nas grandes cidades desabastecidas de energia, água, transporte metroviário, comunicação e serviços básicos durante vários dias. Mas não foi o que aconteceu. A normalidade foi retomada

⁹CNN revela. São Paulo, 15 mar. 2019. Internacional. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/15/cnn-revela-informacoes-exclusivas-sobre-atentado-contra-maduro-em-agosto-de-2018/>. Acesso em: 19 set. 2019

¹⁰Venezuela sob ataque: sete notas sobre a batalha elétrica. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/11/venezuela-sob-ataque-sete-notas-sobre-a-batalha-eletrica/>. Acesso em 20 agosto. 2025.

¹¹ A imprensa brasileira comercial, por exemplo, trata o apagão como consequência da má gestão pública do governo venezuelano, como por exemplo nesta matéria: Apagão na Venezuela: veja perguntas e respostas sobre o corte de energia que afeta o país. G1, [s/l], 11 mar. 2019. Mundo. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/03/11/apagao-na-venezuela-veja-perguntas-e-respostas-sobre-o-corte-de-energia-que-afeta-o-pais.ghtml>, Acesso em: 15 set. 2019.

com o reestabelecimento paulatino da energia sem as esperadas notícias de sublevações sociais organizadas ou espontâneas¹².

Em maio de 2020, a Fuerza Armada Nacional Venezuelana, as agências de inteligência a Milicia Bolivariana¹³ neutralizaram uma tentativa de invasão do território venezuelano por parte de um grupo de mercenários comandados pela empresa de segurança privada estadunidense Silvercop USA. A Operação Gedeón, nome dado à ação paramilitar, contava com ex-militares venezuelanos, dois ex-militares integrantes das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e um agente da DEA. Foram detidos 50 mercenários, entre eles os três paramilitares norte-americanos ao tentarem invadir o território por via marítima. Segundo o dono da Silvercop, Jordan Goudreau, também ex-militar estadunidense, em entrevista à jornalista venezuelana Patricia Poleo, foi assinado um contrato no valor de 212 milhões de dólares entre ele, o “presidente interno” Juan Guaidó, o estrategista político de Guaidó, Juan José Rendon, e o deputado venezuelano Sergio Vergara para realizarem operações daquela natureza com o intuito de derrubar Nicolás Maduro e “libertar a Venezuela”. O contrato contava com a realização de treinamentos que ocorreram em solo colombiano. (RODRIGUES, 2020).

Com o fracasso de todas essas tentativas, coube ao governo dos EUA recrudescer ainda mais as sanções econômicas sobre a Venezuela. Assim, no dia 5 de agosto de 2019, o governo de Donald Trump publica um decreto presidencial que amplia as sanções contra a Venezuela, estabelecendo um Bloqueio Total sobre este país, aplicado somente, em outras ocasiões, à Coreia do Norte, Síria, Irã e Cuba. O bloqueio imposto à Venezuela assume quatro modalidades, segundo Pedro Santander (2019) “1) bloqueio através de decretos extraterritoriales, 2) bloqueio a través de intermediarios, 3) bloqueio mediante agencias de calificación de riesgo y, 4) bloqueio informativo impulsado por las corporaciones mediáticas” (SANTANDER, 2018). Em 2015, o então presidente dos EUA Barac Obama iniciou este bloqueio com o decreto que qualificava a Venezuela como uma “ameaça inusual e extraordinária” para os EUA. Mas foi Trump quem recrudesceu o bloqueio por meio desses decretos. Em maio de 2018 Trump estabelece um decreto que atua diretamente nas relações financeiras internacionais do país que, como sabemos, tem sua economia dependente da exportação de petróleo, impedido de fazer qualquer transação em dólar. A segunda forma de bloqueio se dá pela sanção aos intermediários, ou seja, qualquer empresa ou país que realize relações financeiras ou comerciais com a Venezuela está sujeito

¹² Fim do apagão: Venezuela anuncia restabelecimento do fornecimento de energia. **Sputnik Brasil** [s/l], 13 mar. 2019. Américas. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/americas/2019031313489306-fim-apagao-venezuela/>. Acesso em: 15 set. 2019

¹³ Frente armada formada por civis que atua em todo território nacional.



também às sanções dos EUA. Esta é uma ação que tem grande custos humanitários, na medida em que impede a compra de remédios, alimentos, material médico, vacinas, etc. atingindo até empresas aéreas. A terceira modalidade de bloqueio se dá pela arbitrariedade e injusta qualificação de risco que fazem as agências, que ignoram a existência dos demais bloqueios e a tradição da Venezuela em honrar com os pagamentos da sua dívida externa. E por fim o bloqueio informativo, no qual as agências internacionais de notícias, junto às diferentes corporações midiáticas dos países da América Latina, Europa e EUA, tratam de difundir a imagem de uma Venezuela assolada por uma sangrenta ditadura, que não cuida de seu povo, os deixa morrer de fome e lhes impõe a migração como o único caminho. Aliados a isso, nenhuma palavra sobre o bloqueio. E conclui seu artigo o professor Santander:

Esa es la fórmula del bloqueo actual, impulsado a modo de política exterior por los Estados Unidos contra los países periféricos que, como Venezuela, buscan construir con soberanía sus propios caminos. Podemos ver una continuidad con los casos de Cuba y Chile durante el siglo 20, pero también vemos rasgos característicos del siglo 21 y de esta etapa del imperialismo. (SANTANDER, 2018).

A esfera da diplomacia e dos organismos internacionais também têm sido instrumentos de pressão e ataques à autodeterminação do povo Venezuelano. Em setembro de 2020, Juan Guaidó, gozando do título de “presidente interino” reconhecido pelos países alinhados e subservientes à política intervencionista dos EUA, votou como representante da Venezuela para a ativação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Tal tratado, oriundo dos tempos da Guerra Fria, foi criado na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro em 1947 como parte da política de proteção aos interesses dos EUA no pós-guerra, argumentando a proteção contra possíveis ações da URSS no continente, fazendo jus a Doutrina Monroe¹⁴, mas, sobretudo, criando condições que aumentem seu poder de ataque contra países não alinhados. Como está em sua resolução, este tratado está “destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América”. Desta forma, ele estabelece que “um ataque armado, por parte de qualquer Estado, contra um Estado Americano, será considerado como um ataque contra todos os Estados Americanos” (TRATADO, 1947).

¹⁴ Em mensagem destinada ao Congresso dos EUA em 6 de dezembro em 1904, o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) afirma: “Não é verdade que os Estados Unidos sentem qualquer fome de terra. [...] Tudo o que este país deseja é ver os países vizinhos estáveis, ordeiros e prósperos. Qualquer país cujo povo se conduza bem pode contar com nossa amizade sincera. [...] [Mas] Irregularidades crônicas, ou uma incapacidade que resulte num afrouxamento geral dos laços da sociedade civilizada, podem em última instância exigir, na América como em outro lugar, intervenção por alguma nação civilizada, e no Hemisfério Ocidental a adesão dos Estados Unidos à Doutrina Monroe pode forçar os Estados Unidos, ainda que com relutância, em casos flagrantes de tais irregularidades ou incapacidade, ao exercício de um poder de polícia internacional.” (BONAFÉ, 2015).



O tratado foi acionado algumas vezes pelos EUA, mas jamais foi realmente utilizado, mesmo nos tempos mais tensos da Guerra Fria. Em 1982, durante a Guerra das Malvinas, foi acionado pela Argentina, mas foi recusado pelos membros, pois o EUA se posicionou como aliado da Inglaterra neste conflito. Mas em setembro de 2019 o tratado é desenterrado pelo Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por iniciativa da Colômbia, sob a alegação de que o governo Maduro mantém vínculos com organizações “narcoterroristas” e abriga remanescentes das FARC e do ELN, o que consistiria numa ameaça a seu país. Foi convocado então, no dia 23 de setembro de 2019, o Órgão de Consulta do TIAR que deliberou com sanções de caráter econômico, o que na prática os EUA já vinham implementando desde o recrudescimento do bloqueio no início do ano, e de caráter jurídico, na tentativa de investigar e processar pessoas, entidades e empresas ligadas ao governo. Na prática, a resolução não autoriza uma intervenção militar na Venezuela, como desejava os EUA, mas alimenta o bloqueio econômico e a narrativa de que existe uma ditadura a ser combatida mundialmente na Venezuela, incorporando uma novidade: de que o presidente Nicolás Maduro é um líder “narcoterrorista”.

E como consequência direta da incorporação desta novidade, Departamento de Justiça dos EUA indicia, em 2020, o Presidente Nicolás Maduro e outros 14 representantes do governo e das Forças Armadas Venezuelanas. As acusações se referem à uma aliança de mais de 20 anos com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC, no controle do tráfico de drogas em direção aos Estados Unidos. Um comunicado à imprensa, que resume a peça de acusação, divulgada no site do Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos da América, afirma que Maduro tinha duas intenções: enriquecer por meio da ação ilícita e, ao mesmo tempo, utilizar as drogas como arma de guerra. “Conforme alegado, Maduro e os outros réus pretendiam expressamente inundar os Estados Unidos com cocaína para minar a saúde e o bem-estar de nossa nação. Maduro deliberadamente utilizou cocaína como arma.”¹⁵ Junto com a acusação o Departamento de Estado dos EUA anuncia uma recompensa de 15 milhões de dólares por informações que levem à prisão do presidente venezuelano. Em janeiro de 2025, o governo Joe Biden aumenta a recompensa para 25 milhões e, em agosto do mesmo ano, o presidente Trump a duplica, para o valor inédito de 50 milhões de dólares, alegando que Maduro

¹⁵ No site do Departamento de justiça dos Estados Unidos da América pode ser encontrado um comunicado a imprensa que resume a peça de indiciamento do presidente Nicolás Maduro e dos 14 outros membros do governo. Disponível em: <https://www.justice.gov/archives/opa/pr/nicol-s-maduro-moros-and-14-current-and-former-venezuelan-officials-charged-narco-terrorism>. Acesso em 02 ago. 2025.



é o chefe da maior organização de tráfico de drogas do mundo, chamada pelo Departamento de Estado de “Cartel de los Soles”¹⁶.

Não se faz necessário colocar que o governo Venezuelano rechaçou veementemente essa acusação, embora a imprensa internacional a tenha chancelado. Não iremos aqui levantar todas as incoerências dessas acusações, mas faz-se importante trazer alguns elementos que a colocam em questionamento. Em primeiro lugar, é bastante evidente o caráter político da acusação, visto que não são apresentadas provas que as comprovem. O governo, inclusive, oferece recompensas para quem possa fornecê-las e, com elas, legitimar as acusações feitas. Da mesma forma, não há um documento que refaça a acusação de 2020, mas um aumento na narrativa sobre a importância do “Cartel de Soles” para o tráfico de drogas. A própria CNN coloca dúvidas sobre a acusação em matéria veiculada pela CNN Brasil em 1º de setembro de 2025, trazendo um relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) que afirma que a Venezuela não é um país relevante no tráfico de drogas para os EUA, já que não produz, não refina e nem é a principal rota. Também questiona a existência do Cartel de Soles, que se apresenta não como uma organização, mas como focos e ações isoladas de facilitação na rota de drogas empreendidas por alguns militares venezuelano. Assim revela a reportagem da CNN: "O Cartel de los Soles, por si só, não existe: é uma expressão jornalística criada para se referir ao envolvimento das autoridades venezuelanas no tráfico de drogas", ao reportar a fala em entrevista do pesquisador do International Crisis Group, Phil Gunson, que, segundo a matéria, vive em Caracas há mais de uma década. (POZZEBON, 2025).

Mas essas acusações passaram do campo das narrativas para o campo militar. E em agosto de 2025, os EUA iniciaram uma operação com oito navios militares, portando 1200 mísseis, um submarino nuclear e 4500 soldados. Usando o argumento do combate ao “narcoterrorismo”, os EUA deslocam equipamentos militares que poderiam iniciar uma invasão à Venezuela. Confere-se assim, o capítulo mais radical da guerra híbrida, colocando a Venezuela e, conseqüentemente a América Latina, no limiar de uma guerra convencional.

Com toda essa interferência, no intuito de destituir não só um governo democraticamente eleito, mas um processo que busca transformar as bases sociais, políticas e econômicas do país, o poder popular organizado na Venezuela influencia e dá exemplo a todos aqueles que também buscam transformações profundas em favor de seus povos. Neste sentido, a crise econômica coloca o tema da soberania na ordem do dia. As comunas assumem importante papel na construção do poder popular e, na difícil tarefa de produzir alimentos e

¹⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/07/eua-designam-como-terrorista-cartel-que-acusam-ser-comandado-por-maduro.shtml>. Acesso em 04. Ago. 2025.



bens de primeira necessidade para buscar um mínimo de independência frente a um bloqueio aniquilador, e se transformar na ferramenta política, produtiva e organizativa no intuito de superar o quadro de dependência alimentar e alavancar o processo de construção do socialismo na Venezuela¹⁷. E somada às Comunas, atua nos territórios os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), organizando a distribuição de alimentos e também a produção, desde a agricultura camponesa e urbana, a partir da articulação entre governo e organização comunal (CARILLO, 2020).

A defesa do processo bolivariano, de seus diversos ataques e da soberania territorial se dá pela lealdade das Forças Armadas Venezuelanas, munidas de uma doutrina militar conhecida como a Unidade Civil-militar, que articula nacionalismo, soberania e participação popular, e da experiência de organizar o povo em armas, por meio das Milícias Bolivarianas, que se colocam como uma força militar, mas sobretudo política e de mobilização popular frente às ameaças diretas empreendidas pelo governo dos EUA. (BUZZETO, 2011)

O Poder Popular de base territorial

O Anteproyecto se apresenta como uma proposta de transformar a sociedade venezuelana em direção ao socialismo a partir de uma mudança territorial. Quando o texto fala em *Nova Geometria do Poder*, ele alude diretamente a uma transformação substantiva na ordenação político-territorial do país inserindo a *comuna* como parte fundamental deste ordenamento, configurando um novo Estado, o Estado Comunal.

Segundo a tipologia de territórios elaborada por Fernandes (2009), temos três tipos de território que são os territórios de governança¹⁸, as propriedades, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias e o território relacional. Se faz importante salientar que a relação entre estes territórios é dialética, pois há uma interdependência entre eles pela própria “indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais” (p.205). O primeiro território é composto pelo

¹⁷ Pese al bloqueo, Venezuela garantiza la seguridad alimentaria. Caracas: Tele Sur Disponível em: <https://www.telesurtv.net/venezuela-garantiza-seguridad-alimentaria/>. Acesso em 5 set. 2025.

¹⁸ Diferentemente da concepção que agências internacionais como a ONU tem do conceito de governança, Fernandes (2009) busca analisar a tipologia dos territórios no contexto da luta de classes. “As disputas territoriais são, portanto, de significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança.” (p.200)



espaço de governança que se apresenta em diversas escalas: nacional, estadual, regional, municipal. O segundo território, as propriedades, está contido no primeiro, mas conforma uma tipologia própria, na medida em que é o palco direto da disputa territorial e pode definir a natureza do território de governança. O terceiro território é o espaço relacional, “considerado a partir das suas conflitualidades” (Ibdem, p.49), ou seja, da territorialidade resultante dos permanentes conflitos e transformações no primeiro e segundo território. No caso da Venezuela e da proposta contida no Anteproyecto, o território de governança alcançaria a escala comunal, ou seja, a comuna seria ela também um território de governança.

Assim, o socialismo proposto na Venezuela tem como característica essencial a construção de um Estado Comunal, que expande o poder até as comunidades organizadas de trabalhadores, historicamente silenciadas. E o exercício do poder requer autonomia e soberania sobre o território, seja no processo de tomada de decisão, seja na capacidade de se reproduzir materialmente. E a constituição deste poder como Estado requer uma articulação que o amplie para os demais territórios de governança.

Complementando a construção da *Nova Geometria de Poder*, o Anteproyeto propôs a regulamentar, com a força de uma lei constitucional, dos diversos mecanismos de participação e desenvolvimento do Poder Popular, bem como sua ação política e econômica nas esferas do poder público constituído. Assim diz o artigo 136 do Anteproyecto de la Reforma Constitucional:

El pueblo es el depositario de la soberanía y la ejerce directamente a través del *Poder Popular*. Este no nace del sufragio ni de elección alguna, sino que nace de la condición de los grupos humanos organizados como base de la población. (Venezuela, 2007, p. 199).

Aqui o *Poder Popular* busca se distanciar daquilo que caracteriza a participação nos processos políticos da democracia burguesa, o sufrágio universal. Assim, expressa a participação popular, como algo que supera a participação eleitoral, incluindo a gestão coletiva e organizada da vida social. Itsván Mészáros (2010) define tal participação como “autogestão plenamente autônoma da sociedade pelos produtores livremente associados em todos os domínios, muito além das restritas mediações (obviamente ainda necessárias durante algum tempo) do Estado político moderno” (p.16).

E continua o artigo 136:

El Poder Popular se expresa constituyendo las comunidades, las comunas y el autogobierno de las ciudades, a través de los consejos comunales, los consejos obreros, los consejos campesinos, los consejos estudiantiles y otros entes que señale la ley. (Venezuela, 2007, p. 199).



Em consonância com a *nova geometria do poder*, o artigo vem afirmar as comunas como a célula territorial do autogoverno e a possibilidade de estas conformarem as cidades comunais, incluindo diversas organizações de trabalhadores que possam existir no território.

Nesta célula que é a comuna, há uma organização de defesa nacional e territorial conhecida como a Milícia Nacional Bolivariana.

La Milicia Bolivariana es un Componente especial de carácter popular, integrada por hombres y mujeres que manifiestan su deseo patriótico de participar activamente en acciones que contribuyan a la Seguridad de la Nación, en todos los ámbitos de la misma. La estructura de mando de la Milicia Bolivariana está sujeta operacionalmente a los distintos escalones de comando del Sistema Defensivo Territorial. La Milicia Bolivariana se prepara permanentemente para cumplir misiones de defensa militar cuando sea movilizada de acuerdo a lo establecido en la presente ley. La organización, funcionamiento y demás aspectos administrativos y operacionales serán determinados en el reglamento respectivo. (VENEZUELA, 2020).

A Milícia Bolivarianas é uma estrutura militar formada exclusivamente por voluntários civis recrutados por lideranças políticas ligadas à revolução e por movimentos populares (BUZZETO, 2011). Estão organizadas sobretudo nos setores populares e nas Comunas. Elas compõem o que constituiu como elemento central da doutrina militar na Venezuela que é a aliança civil-militar.

As comunas surgem assim como um território portador de um projeto de sociedade, a partir do processo bolivariano que atua também na defesa deste território e do processo como um todo. Traremos aqui, a título de exemplo, a organização da Comuna Socialista El Maizal, localizada no Estado Lara, região oriental da Venezuela. A Comuna é formada por 22 conselhos comunais e sua Carta Fundacional¹⁹ data de 23 de outubro de 2013. Estes conselhos comunais abarcam 10 comunidades que foram agrupadas em 5 eixos. O censo de 2019 identificou 2.986 famílias vivendo no âmbito territorial da comuna, somando, ao todo, 8.022 pessoas. (EL MAIZAL, 2019).

Os conselhos comunais, formados nas comunidades, organizam comitês temáticos para discutir elementos que dizem respeito às necessidades de cada conselho comunal. Se constituem em espaços para buscar soluções coletivas para problemas específicos, mas também para

¹⁹ A Carta Fundacional é o documento que legaliza a formação da comuna frente ao Estado e pode ser uma importante ferramenta para envolver a comunidade para pensar coletivamente a comuna e seus primeiros passos. Segundo a Ley Orgánica de Comunas, a carta fundacional consiste no “instrumento aprobado en referendo popular, donde las comunidades expresan su voluntad de constituirse en Comuna, en su respectivo ámbito geográfico, contentiva de la declaración de principios, censo poblacional, diagnóstico sobre los principales problemas y necesidades de su población, inventario de las potencialidades económicas, sociales, culturales, ambientales, y opciones de desarrollo.” (VENEZUELA, 2010a, p.6).



debater e operacionalizar políticas públicas ou projetos da Comuna. Cada comitê é formado por duas pessoas eleitas na comunidade e responsáveis para levantar as demandas e levar para debate na reunião do conselho comunal, que reúne os representantes de todos os comitês. O Consejo Comunal La Pradera, por exemplo, é formado por 12 comitês: Comité de Salud; Comité de Alimentación; Comité de Deporte; Comité de Energia, Agua y Transporte; Comité de Habitación; Comité de Gestión Financiera; Contraloría; Comité de Tierras; Comité de Tierra Urbana; Comité de Seguridad.²⁰ (BORGES, 2021). Cada conselho comunal tem um *vocero* principal, eleito pela comunidade e que funciona como um coordenador do conselho comunal, articulando os comitês e os projetos. Em separado, faz-se a eleição do *vocero* do conselho comunal para o parlamento comunal que, preferencialmente, não é o mesmo *vocero* principal do conselho comunal. (MARTINEZ, 2019).

O Parlamento Comunal é a instância onde se reúnem os *voceros* de todos os conselhos comunais para deliberem sobre interesses de toda a Comuna.

A comuna El Maizal também conta com diversas Empresas de Propriedade Social Direta Comunal (EPSDC). Cada Empresa tem um representante no Parlamento Comunal, e deve se submeter à decisões deste. A Comuna é uma comuna rural, e a maior parte de suas empresas são para produção e beneficiamentos de alimentos, para consumo da população da Comuna. Mesmo nos períodos mais difíceis de abastecimento na Venezuela, a população que vive no âmbito da Comuna teve acesso aos alimentos básicos oriundos de suas empresas. O que numa empresa capitalista seria considerada como lucro ou numa cooperativa como sobras, é concentrado no Banco da Comuna elevado por este para o Parlamento Comunal, que decide qual o destino do recurso financeiro. De forma geral, um aparte se torna reinvestimento nas EPSDC e outra para investimento social, como construção ou reforma de estradas, escolas, postos de saúde, bem como a manutenção de equipamentos sociais, como um refeitório para os idosos. (BORGES, 2021).

A Comuna El Maizal, como boa parte das comunas na Venezuela, também conta com a Milicia Bolivariana. Como estabelece a lei, a Milicia Bolivariana não se organiza a partir da estrutura territorial da comuna. Ela está sob comando da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) e submetida a sua hierarquia. A Comuna El Maizal conta com uma Unidad Popular de Defensa Integral (UPDI) com 48 integrantes, formada majoritariamente por mulheres. Realizam encontros semanais para formação e treinamento. Assumem atribuições designadas pela FANB, como no caso do apagão de 2019, quando foram deslocados para fazer a proteção

²⁰ A vocera do conselho comunal La Pradera, em entrevista a esta pesquisa, afirmou que haviam 12 comitês em seu conselho comunal, mas nominou somente os 10 citados no texto.



do Fuerte Terepaima. Para qualquer trabalho ou ação que façam sob orientação da comuna, esta precisa solicitar autorização ao Comando da FANB no estado. E em agosto e setembro de 2025 foram convocadas para a defesa nacional frente à ameaça perpetrada por Donald Trump e as Forças Armadas dos EUA.

E nos dias 29 e 30 de agosto, o governo e as Forças Armadas Nacionais Bolivarianas convocaram a população civil para o alistamento voluntário para a Milícia Nacional Bolivariana, em mais de mil pontos de alistamentos espalhados pelo país. Milhares de Venezuelanos compareceram ao chamado. (CARDONA y HERNANDES, 2025). Segundo Nicolás Maduro, a Venezuela já conta com 4,5 milhões de milicianos prontos para defender o país contra uma possível invasão dos EUA. Em setembro, as FANB iniciaram os treinamentos militares dos civis inscritos nas Milícias Bolivarianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comuna se constrói como um território, onde coexistem a produção, o consumo, a reprodução da vida comunitária e política, se constituindo na base fundamental da transição ao socialismo na Venezuela. A denominada *nova geometria do poder* se configura então nesta rede de territórios, tanto na conformação da comuna e sua capacidade de autonomia interna, como em uma configuração de territórios em rede, atuando na transformação do Estado em si.

O último censo contabilizou 5.338²¹ comunas por todo território nacional, indicando uma ampla territorialização do projeto. A comuna aparece como uma rede territorial conformada pelas comunidades ou conselhos comunais, criando territórios onde o poder pode se manifestar de forma autônoma e autogestionada, em articulação com as demais comunas e em consonância com um mesmo projeto de transformação, de transição ao socialismo.

A Comuna é portadora de um projeto de sociedade mas também um território que se conforma como parte da defesa do processo bolivariano, que a gestou e que se faz necessário para sua existência e desenvolvimento. Aí existe a contradição fundamental: o projeto que carrega a Comuna é o da construção do Estado Comunal, que caminha em direção à superação do Estado Bolivariano, que a criou. Essa é uma contradição latente que aparece de diferentes formas e intensidades, e que em nossa pesquisa definimos como a existência, por vezes direta, outras latente, de uma *dualidade de poder*. (BORGES, 2021)

²¹ <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/28/venezuela-realiza-consulta-popular-das-comunas-como-esquenta-de-eleicoes-regionais/>



O tema da superação do capitalismo continua presente nas aspirações de diversas organizações populares da América Latina. Entender o que vem sendo construído na Venezuela, suas possibilidades e limitações se faz fundamental para avançar na discussão deste tema. Superar o modo de produção capitalista e construir um outro modo de produção da vida material no qual a centralidade esteja na satisfação das necessidades humanas e comunitárias e não do capital e seus representantes, é um desafio posto pela humanidade e para a humanidade há pelo menos 3 séculos. Mas nunca se fez tão urgente com o nível de desagregação social, política e civilizatória e de destruição dos meios naturais indispensáveis para a reprodução da vida humana. Pensar sobre este novo modo de produção da vida é fundamental, e exercitá-lo, criá-lo, é atribuição dos que têm coragem de inventar com os olhos mirando o passado, o presente e o futuro.

E fazê-lo perpassa atuar na organização política e econômica de forma associada, mas também de defesa do território. A Venezuela e a organização popular, em especial a partir das Comunas nos dá um valioso exemplo. Resistem à todo acosso imperialistas desde 2002, quando do primeiro golpe de Estado contra o Presidente Chávez, executado e fracassado. Mantém a as Forças Armadas fiel ao projeto, ao mesmo tempo em que buscam desenvolver, não sem contradições, o projeto comunal como a estratégia fundamental de transição socialista.

A estratégia comunal vem se desenvolvendo e se ampliando. Criaram um Movimento Nacional, o Movimento União Comunera e colocaram o Ministério das Comunas sob seu comando e em favor da implementação da estratégia de *territorializar a comuna* e de *comunalizar o território*.

REFERÊNCIAS

BORGES, Vanessa Aguiar. **As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela**. Orientadora: Dra. Silvia Adoue. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa Desenvolvimento Territorial para América Latina e Caribe. UNESP, São Paulo, 2021.

BREA, Lenin. Venezuela: Crímenes de odio y violencia incendiaria 2017. Caracas: Editora El Perro y la Rana, 2019.

BUZETTO, Marcelo. “Guerra de todo o povo”: a influência das lutas políticas e sociais na nova Doutrina de Defesa Nacional venezuelana. Orientador: Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida. 211. 334f. Tesa (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3317/1/Marcelo%20Buzetto.pdf>. Acesso em: 6 de jun. 2020.



CARDONA, Isa; HERNANDES, Osmar. Venezuelanos fazem fila para integrar milícia após apelo de Maduro. **CNN Brasil**, 23 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/venezuelanos-fazem-fila-para-integrar-milicia-apos-apelo-de-maduro/>. Acesso em 02 ago. 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

MASSEY, Doreen. Geometrias do poder e a conceitualização do espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, V.14, n.1, 2024. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3563/2425>. Acesso em: 24 mai. 2025.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista: uma Alternativa Radical ao Sistema Parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: ALESANDRI CARLOS, Ana Fani. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

Stephano POZZEBON, 2025. Entenda provas por trás da acusação dos EUA de narcotráfico contra Maduro. **CNN Brasil**, 01 set. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-provas-por-tras-da-acusacao-dos-eua-de-narcotrafico-contra-maduro/>. Acesso em: 02 set. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VENEZUELA. Ley Orgánica de las Comunas. **Gaceta Oficial** No 6.011, el 21 de diciembre de 2010.

VENEZUELA. Anteproyecto de Reforma Constitucional. [s/l], 2007.